

Contas Nacionais Trimestrais Por Sector Institucional (Base 2006)

2º Trimestre de 2010

Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional

No ano acabado no 2º trimestre de 2010, registou-se um agravamento da necessidade de financiamento da economia, tendo atingido 9,2% do PIB face aos 8,7% verificados no ano acabado no trimestre anterior. Para esta variação foi determinante o aumento da necessidade de financiamento do sector das Administrações Públicas de 8,9% para 9,5% do PIB, tendo os restantes sectores, no seu conjunto, contribuído marginalmente com uma variação positiva de 0,1 pontos percentuais. A taxa de poupança dos particulares registou um ligeiro decréscimo relativamente ao ano acabado no trimestre anterior, passando de 11,3% para 11,0%.

Os dados apresentados (ver quadros nos ficheiros Excel em anexo) dizem respeito à primeira versão do 2º trimestre de 2010 (Base 2006) das contas trimestrais por sector institucional. Dado que a informação base utilizada pode ser sujeita a revisões, esta versão tem uma natureza preliminar, verificando-se habitualmente revisões nos períodos para os quais ainda não se dispõe de contas anuais definitivas (neste caso desde o 1º trimestre de 2008).

Relativamente às estimativas das Contas Nacionais Trimestrais a 70 dias, divulgadas no dia 8 do corrente mês, estas estimativas por sector institucional, além de integrarem alguma informação adicional entretanto disponibilizada, sobretudo no domínio das Administrações Públicas

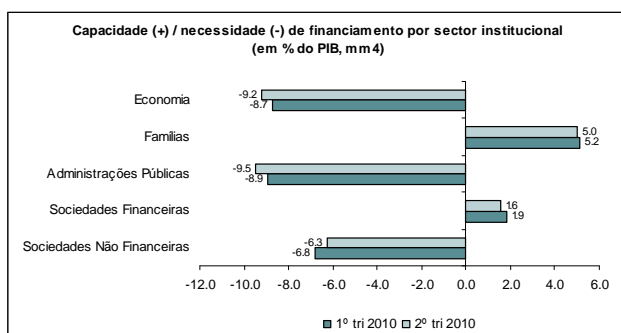
em consequência do apuramento de informação necessária para a notificação do Procedimento dos Défices Excessivos (PDE) de Setembro, distinguem-se porque, ao contrário daquelas, não são ajustadas de sazonalidade. Por esse motivo, salvo indicação em contrário, **a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam referem-se a somas ou médias móveis de 4 trimestres (mm4)**, ou seja, correspondentes ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite eliminar flutuações de natureza sazonal e reduzir o efeito de oscilações irregulares. As taxas de variação apresentadas, taxas de variação em cadeia, comparam o ano acabado em cada trimestre com o ano acabado no trimestre precedente.



O resto desta nota informativa está organizada da seguinte forma: as próximas 3 secções descrevem a evolução dos principais agregados por sector institucional; a secção seguinte sintetiza esta evolução em termos dos agregados respeitantes ao conjunto da economia portuguesa; a penúltima secção descreve o comportamento das remunerações e dos custos de trabalho por unidade produzida em termos macroeconómicos; a última secção refere os principais factores subjacentes à revisão das estimativas anteriores.

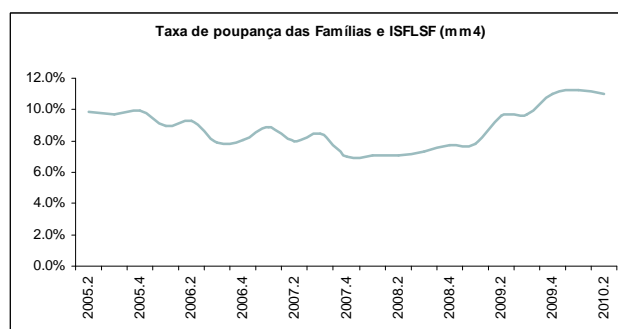
2º Trimestre 2010 – Principais resultados

No 2º trimestre de 2010 a necessidade de financiamento externo da economia atingiu 9,2% do Produto Interno Bruto (PIB), mais 0,5 pontos percentuais (p.p.) que o verificado no trimestre anterior. Este comportamento, como se pode observar no gráfico seguinte, reflecte o agravamento do saldo das Administrações Públicas. Embora marginalmente, o saldo conjunto dos outros sectores residentes é positivo, tal como no trimestre anterior. Entre esses sectores, é de referir que se verificou uma redução da necessidade de financiamento das Sociedades não-financeiras enquanto, nos restantes dois, se registou uma pequena deterioração dos saldos respectivos.



Sector das Famílias¹

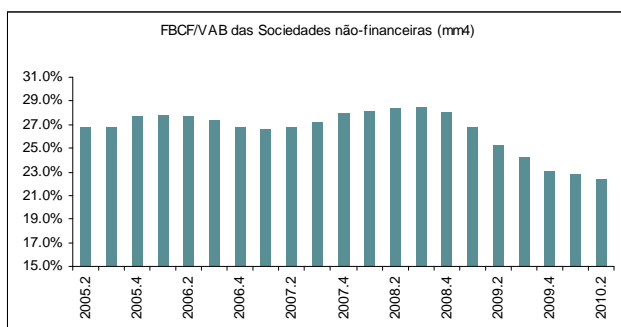
A ligeira redução da capacidade de financiamento do sector das Famílias, cujo peso no PIB se situou em 5,0%, menos 0,2 p.p. que o registado no trimestre anterior, reflecte sobretudo a redução da taxa de poupança. Efectivamente, a taxa de poupança interrompeu a evolução positiva que vinha registando deste o 3º trimestre de 2008, passando de 11,3% no 1º trimestre de 2010 para 11,0% no 2º trimestre (ver gráfico seguinte).



Sectores das Sociedades (financeiras e não-financeiras)

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no sector das Sociedades não-financeiras voltou a apresentar uma diminuição, com uma taxa de variação em cadeia de -0,6% (-0,4%, no 1º trimestre de 2010, e -4,6%, no 4º trimestre de 2009). Como se evidencia no gráfico seguinte, construído com a série da média móvel de quatro trimestres da taxa de investimento das Sociedades não-financeiras (medida através do rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto do sector), manteve-se no 2º trimestre de 2010 a trajetória decrescente desta taxa.

¹ Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo, incluindo as famílias propriamente ditas (código S14) e as



No sector das Sociedades não-financeiras, embora apresentando estruturalmente necessidade de financiamento, registou-se uma melhoria no seu saldo, que passou de -6,8% do PIB no 1º trimestre de 2010 para -6,3% do PIB no 2º trimestre de 2010, reflectindo sobretudo o decréscimo do investimento.

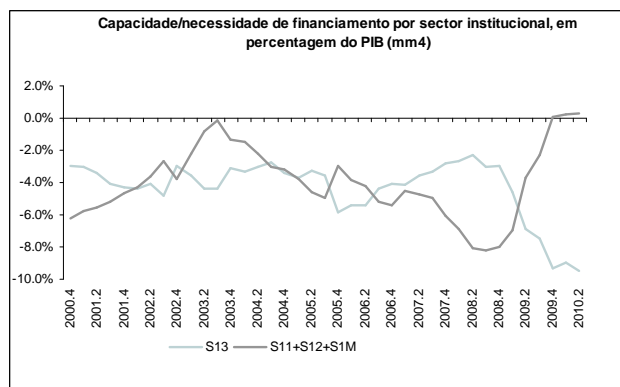
O sector das Sociedades Financeiras apresenta uma redução na capacidade de financiamento de 1,9% do PIB no 1º trimestre, para 1,6% no 2º trimestre de 2010.

Sector das Administrações Públicas

O sector das Administrações Públicas registou um aumento de 0,6 p.p. da necessidade de financiamento, que atingiu 9,5% do PIB, no 2º trimestre de 2010, contrariando a melhoria que se tinha verificado no 1º trimestre de 2010 (8,9% contra 9,4% no 4º trimestre de 2009). O aumento da necessidade de financiamento resultou sobretudo da redução da Poupança Bruta corrente, em larga medida associada a um nível superior das despesas com as prestações sociais, que

continuaram a aumentar embora menos intensivamente que no trimestre anterior, e ao valor anormalmente elevado de despesa com material militar.

Em consequência, o sector das Administrações Públicas continuou a ser o que apresenta a maior necessidade de financiamento. Essa necessidade parece evoluir com alguma simetria face ao saldo do conjunto dos outros sectores da economia, que passou a ser ligeiramente positivo desde o 4º trimestre de 2009, como se pode observar no gráfico seguinte.



Total da Economia

O Rendimento Nacional Bruto (RNB) apresentou em termos nominais, no ano terminado no 2º trimestre de 2010, uma taxa variação em cadeia inferior em 0,1 p.p. à taxa de variação do PIB, reflectindo o aumento registado no défice dos rendimentos primários com o exterior.

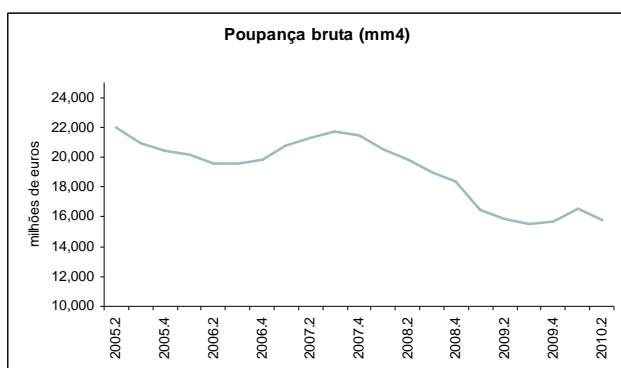
instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (código S15).

Contas Trimestrais por Sector Institucional – 2010T2

ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2007T4	168 737	1,0	163 394	0,9	165 107	0,9
2008T1	169 851	0,7	164 318	0,6	165 972	0,5
2008T2	171 028	0,7	165 289	0,6	166 823	0,5
2008T3	172 147	0,7	166 105	0,5	167 736	0,5
2008T4	172 104	0,0	166 176	0,0	167 990	0,2
2009T1	170 728	-0,8	164 112	-1,2	165 856	-1,3
2009T2	169 257	-0,9	162 781	-0,8	164 405	-0,9
2009T3	168 246	-0,6	162 080	-0,4	163 418	-0,6
2009T4	168 075	-0,1	162 360	0,2	163 484	0,0
2010T1	169 005	0,6	164 055	1,0	165 085	1,0
2010T2	170 337	0,8	165 148	0,7	166 308	0,7

Apesar do aumento do saldo das transferências correntes com o exterior registado no 2º trimestre de 2010, o Rendimento Disponível Bruto da nação (RDB) apresentou uma taxa de variação em cadeia semelhante à do RNB.

A despesa de consumo final (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das Administrações Públicas) registou um aumento no 2º trimestre de 2010 e uma taxa de variação em cadeia superior em 0,6 p.p. à do RDB. Em consequência, e contrariamente ao verificado no período anterior, verificou-se uma redução da poupança bruta corrente da economia, como é visível no gráfico seguinte.



O saldo das transferências de capital com o exterior, onde se destaca o efeito dos fundos estruturais,

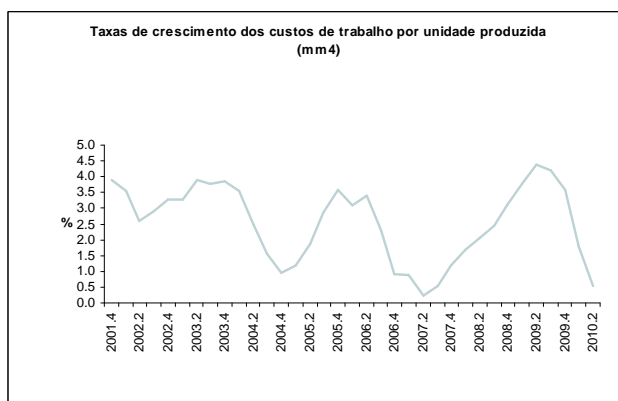
apresentou um decréscimo. Na medida em que a evolução do investimento não contribuiu para o aumento da necessidade de financiamento externo da economia em percentagem do PIB, como se pode ver no quadro seguinte, foi a redução do saldo das transferências de capital associada à redução da poupança corrente que determinou o agravamento da necessidade de financiamento da economia.

unidade: % do PIB

ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Investimento + Aquisições líquidas de activos não financeiros não produzidos	Capacidade/necessidade líquida de financiamento
2008T1	12,1	1,3	22,9	-9,6
2008T2	11,6	1,2	23,2	-10,4
2008T3	11,0	1,1	23,4	-11,2
2008T4	10,6	1,2	22,9	-11,0
2009T1	9,6	0,9	22,1	-11,5
2009T2	9,4	1,1	21,1	-10,6
2009T3	9,2	1,2	20,2	-9,8
2009T4	9,4	1,1	19,7	-9,3
2010T1	9,8	1,1	19,6	-8,7
2010T2	9,3	1,0	19,4	-9,2

Remunerações e custos de trabalho por unidade produzida (CTUP)

Reflectindo simultaneamente a desaceleração da remuneração média na economia e os ganhos de produtividade registados no 2º trimestre de 2010, os CTUP nominais continuaram a trajectória de abrandamento iniciada no 3º trimestre 2009.



Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

As Contas Trimestrais por Sector Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Relativamente à publicação anterior, referente ao 1º trimestre de 2010, é de destacar o seguinte:

- (i) A alteração nos valores de referência das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) a 70 dias associadas, por sua vez, a revisões na informação de base.
- (ii) A incorporação da informação apurada no âmbito da notificação relativa ao procedimento dos défices excessivos reportada ao Eurostat no corrente mês. Entre outros efeitos, a incorporação desta informação determinou uma revisão em alta do Consumo Final das Administrações Públicas e, consequentemente, do PIB. Efectivamente, o nível do PIB foi revisto em alta em cerca de 183,1 e de 442,4 milhões de euros, respectivamente em 2008 e 2009,

em relação às CNT publicadas no dia 8 do corrente mês.

- (iii) As revisões nas Contas das Sociedades Financeiras foram significativas, desde 2008, tendo resultado sobretudo de uma melhor apropriação dos dados sobre custos e proveitos das instituições financeiras monetárias (excluindo o Banco de Portugal) e de alterações ocorridas nos dados com esta origem já anteriormente utilizados. Estas alterações traduziram-se basicamente numa distribuição diferente pelos trimestres de 2008 e 2009 dos resultados anuais. No 1º trimestre 2010, a principal revisão verificou-se ao nível das remunerações pagas por este sector em consequência da alteração da informação de base. Em consequências destas revisões, foram também revistas as contas dos sectores contrapartida, com destaque para o sector das sociedades não financeiras.

Programa de transmissão das Contas Trimestrais por Sector Institucional

As Contas Trimestrais por Sector Institucional são reportadas 90 dias após o trimestre de referência, de acordo com o Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho N.º: 1161/2005 e o programa de transmissão SEC95, actualizado pelo Regulamento do Parlamento Europeu e Conselho (CE) N.º: 1392/2007 de 13 de Novembro de 2007 que altera o Regulamento do Conselho (CE) N.º: 2223/96 no que respeita à transmissão de dados de contas nacionais.

Este programa de transmissão abrange as operações e saldos, não ajustados de sazonalidade, que a seguir se listam, que são compilados para os sectores, **Sociedades não financeiras (S11)**, **Sociedades financeiras (S12)**, **Administrações Públicas (S13)**, **Famílias e Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S1M)**, **total da economia (S1)** e **Resto do Mundo (S2)**:

- Operações sobre bens e serviços (P):

P.1	Produção
P.2	Consumo intermédio
P.3	Despesa de consumo final
P.31	Despesa de consumo individual
P.32	Despesa de consumo colectivo
P.4	Consumo final efectivo
P.41	Consumo efectivo individual
P.42	Consumo efectivo colectivo
P.5	Formação bruta de capital
P.51	Formação bruta de capital fixo
P.52	
	Variação de existências
P.53	Aquisições líquidas de cessões de objectos de valor
P.6	Exportação de bens e serviços
P.61	Exportação de bens
P.62	Exportação de serviços
P.7	Importação de bens e serviços
P.71	Importação de bens
P.72	Importação de serviços

- Operações de distribuição (D)

D.1	Remunerações dos empregados
D.11	Ordenados e salários
D.12	Contribuições sociais dos empregadores
D.121	Contribuições sociais efectivas dos empregadores
D.122	Contribuições sociais imputadas dos empregadores
D.2	Impostos sobre a produção e a importação
D.21	Impostos sobre os produtos
D.29	Outros impostos sobre a produção
D.3	Subsídios
D.31	Subsídios aos produtos
D.39	Outros subsídios à produção
D.4	Rendimentos de propriedade
D.41	Juros
D.42	Rendimentos distribuídos das sociedades
D.43	Lucros de investimento directo estrangeiro reinvestidos
D.44	Rendimentos de propriedade atribuídos aos detentores de apólices de seguros
D.45	Rendas

D.5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc.
D.6	Contribuições e prestações sociais
D.61	Contribuições sociais
D.62	Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie
D.63	Transferências sociais em espécie
D.7	Outras transferências correntes
D.71	Prémios líquidos de seguros não-vida
D.72	Indemnizações de seguros não-vida
D.73	Transferências correntes entre administrações públicas
D.74	Cooperação internacional corrente
D.75	Transferências correntes diversas
D.8	Ajustamento pela variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões
D.9	Transferências de capital
D.91	Impostos de capital
D.92	Ajudas ao investimento
D.99	Outras transferências de capital
D.92	Subsídios ao investimento
D.99	Outras transferências de capital

- Outros registos de acumulação (K)

K.1	Consumo de capital fixo
-----	-------------------------

- Saldos (B)

B.1	Valor acrescentado / B.1* Produto interno
B.2/B.3	Excedente de exploração/ Rendimento misto
B.5	Saldo dos rendimentos primários / B.5* Rendimento nacional
B.6	Rendimento disponível
B.7	Rendimento disponível ajustado
B.8	Poupança
B.9	Capacidade/necessidade líquida de financiamento
B.10	Variações do património líquido
B.10.1	Variações do património líquido resultantes de poupança e de transferências de capital
B.11	Saldo externo de bens e serviços
B.12	Saldo externo corrente

Esta informação está disponível e pode ser obtida mediante solicitação.